



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO ABILIO BRUNINI - PL/MT**

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Projeto de Lei Nº 1.905, DE 2023

Acrescenta dispositivos à Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, com o objetivo de ampliar o leque de beneficiários da Regularização Fundiária Urbana (Reurb) e incluir o Conselho Federal dos Técnicos (CFT) como agente apto a realizar levantamentos planialtimétricos e georreferenciamentos.

Autor: Deputado DR. JAZIEL

Relator: Deputado ABILIO BRUNINI

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, cuja autoria é do Deputado Dr. Jaziel, “acrescenta dispositivos à Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, com o objetivo de ampliar o leque de beneficiários da Regularização Fundiária Urbana (Reurb) e incluir o Conselho Federal dos Técnicos (CFT) como agente apto a realizar levantamentos planialtimétricos e georreferenciamentos”.

O primeiro aspecto tratado se refere à aplicação da Reurb de Interesse Específico (Reurb-E). A inserção do § 8º ao art. 13 permite sua aplicação “em único imóvel isoladamente, desde que atendidas as condições previstas no § 2º. do art. 9º e demais garantias assecuratórias da legitimidade do interessado, incluindo-se as instituições religiosas, as instituições de assistência social e as sem fins lucrativos”.

O segundo tema tratado diz respeito ao “Conselho Federal dos Técnicos (CFT) e os Conselhos Regionais dos Técnicos (CRTs)”. Segundo o § 5º do art. 36, esses conselhos seriam “agentes aptos a realizar levantamentos planialtimétricos e georreferenciamentos para fins de regularização fundiária urbana”.

A alteração do § 6º do mesmo artigo trata da planta e do memorial descritivo, dispensando-se a apresentação de Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), quando o responsável técnico for servidor ou empregado público. Essa dispensa, de acordo com a legislação em vigor, está prevista no





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO ABILIO BRUNINI - PL/MT

§ 5º em do art. 36, para a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) ou para o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Nessa linha, a proposta ainda acrescenta o “Termo de Responsabilidade Técnica (TRT)” como possibilidade para o requisito do levantamento planialtimétrico e cadastral, de acordo com o inciso I do art. 35.

O projeto foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Urbano e de Constituição e Justiça e de Cidadania, esta última apenas para análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, conforme art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

A apreciação do projeto é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Nesta Comissão, não foi apresentada nenhuma emenda.

É o relatório.

II - VOTO do Relator

O projeto sob análise tenciona alterar a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que trata da regularização fundiária rural e urbana. Tem dois objetivos distintos: i) permitir a aplicação da Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) a único imóvel, isoladamente; e ii) dispor sobre atividades dos profissionais ligados ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT).

A respeito do primeiro aspecto, devemos lembrar que a Lei supracitada foi de fundamental importância para a regularização fundiária de núcleos urbanos informais, com o propósito de ampliar o direito à moradia e promover inclusão social. Trouxe segurança jurídica para os moradores, tendo em vista a possibilidade de concessão de títulos de propriedade das áreas ocupadas. Ressalta-se que a inclusão desses imóveis na economia formal possibilita aos proprietários acesso ao crédito e contribui para o desenvolvimento da atividade econômica. Além disso, possibilita o uso de recursos públicos para investimento em infraestrutura e serviços, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

A ampliação da Reurb para imóveis isolados, incluindo instituições religiosas, de assistência social e sem fins lucrativos, promove a inclusão social. Essas instituições desempenham papéis cruciais em comunidades vulneráveis, e a regularização de seus imóveis permite que elas operem com





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO ABILIO BRUNINI - PL/MT

maior segurança jurídica e estabilidade. Além disso, permitir que a Reurb-E seja aplicada a imóveis isolados corrige uma limitação que tem dificultado a efetivação da regularização em diversos municípios, estimulando iniciativas particulares.

Quanto às atividades dos profissionais ligados ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFTI), parece que um dos propósitos que se almeja é a definição de quem seriam os profissionais habilitados a realizar determinadas atividades associadas à regularização fundiária motivo pelo qual entendo importante incluir o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA).

Não obstante a boa intenção do Autor, deve-se dizer que, desde 1968, existe a Lei nº 5.524, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio, também aplicável aos técnicos agrícolas, conforme seu art. 6º. Salvo melhor juízo, não se tratou de novas atribuições aos profissionais com a edição da Lei nº 13.639, de 2018. Nas questões técnicas, as que envolvem tanto áreas de atuação privativas como compartilhadas com outras profissões continuaram a ser definidas em atos infralegais (arts. 16 e 31). Não convém que sejam aqui estabelecidas no texto da lei.

Por outro lado, concordamos com o Autor que a ausência da expressão “Termo de Responsabilidade Técnica – TRT” poderia criar dúvidas em relação à aplicação da Lei nº 13.465, de 2017, no caso de técnico desempenhando atividade para a qual é competente. Dessa forma, tendo em vista as adaptações para inclusão da citada expressão onde necessária, de modo a resguardar a atuação dos técnicos industriais em atividades de regularização fundiária, propomos o substitutivo em anexo.

Por essas razões, no que cabe a esta Comissão analisar, somos pela **APROVAÇÃO** do PL nº 1.905, de 2023, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado Abilio Brunini

PL - MT





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO ABILIO BRUNINI - PL/MT

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.905, DE 2023

Altera a Lei nº 13.465, de 2017, para incluir o Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) entre os documentos associados a profissionais legalmente habilitados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.465, de 11 de julho 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, para incluir as instituições religiosas, as instituições de assistência social e as sem fins lucrativos e incluir o Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) entre os documentos associados a profissionais legalmente habilitados.

Art. 2º A Lei nº 13.465, de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13.

§ 8º. A Reurb de Interesse Específico (Reurb – E) poderá ser aplicada em único imóvel isoladamente, desde que atendidas as condições previstas no § 2º. do art. 9º. e demais garantias assecuratórias da legitimidade do interessado, podendo incluir as instituições religiosas, as instituições de assistência social e as sem fins lucrativos.

.....” (NR)

“Art. 35.

I - levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO ABILIO BRUNINI - PL/MT

as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;

.....” (NR)

“Art. 36.

§ 5º. O Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais (CRTs) e o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA) constituem entidades de fiscalização profissional cujas categorias profissionais, atendidos os requisitos de qualificação e habilitação profissional, bem como as normas técnicas aplicáveis, são aptas a realizar levantamentos planialtimétricos e georreferenciamento para fins de regularização fundiária urbana.

§ 6º. A planta e o memorial descritivo deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado, dispensada a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) e Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA) ou de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), quando o responsável técnico for servidor ou empregado público.

.....” (NR)

“Art. 69.

§ 1º

I - planta da área em regularização assinada pelo interessado responsável pela regularização e por profissional legalmente habilitado, acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), do Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), no Conselho





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO ABILIO BRUNINI - PL/MT

Federal dos Técnicos Industriais (CFT) quando não houver CRT no Estado, e Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA) ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), contendo o perímetro da área a ser regularizada e as subdivisões das quadras, lotes e áreas públicas, com as dimensões e numeração dos lotes, logradouros, espaços livres e outras áreas com destinação específica, se for o caso, dispensada a ART, o TRT ou o RRT quando o responsável técnico for servidor ou empregado público;

.....” (NR)

“Art. 88.

I - planta e memorial descritivo do imóvel, assinados por profissional habilitado perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), o Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) quando não houver CRT no Estado, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), ou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), condicionados à apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), do Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), quando for o caso; e

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado Abilio Brunini

PL - MT

Relator

